



DESTAQUE CONFERÊNCIA DIÁRIO ECONÓMICO "GOVERNAR PORTUGAL"

Passos e Portas recusam "governar Portugal" com José Sócrates

Conferência do Diário Económico juntou os líderes dos três principais partidos políticos a 17 dias das legislativas.

Francisco Teixeira
francisco.teixeira@economico.pt

Irredutíveis. Pedro Passos Coelho e Paulo Portas recusam taxativamente um entendimento com o actual primeiro-ministro após as próximas eleições, seja qual for o resultado e mesmo que Sócrates saia, pela terceira vez consecutiva, vitorioso das urnas.

Depois do Presidente da República e dos seus antecessores terem insistido na ideia de que Portugal precisa de "convergência", "unidade", "consensos" e que o próximo Governo tem de dispor de "apoio maioritário na Assembleia da República", continua a ser "de surdos" o diálogo entre os três principais líderes partidários.

Na conferência "Governar Portugal", organizada ontem pelo Diário Económico no Hotel Sheraton, Passos e Portas foram cristalinos: é preciso mudar de políticas e de protagonistas.

José Sócrates foi o primeiro a discursar e insistiu que a actual "crise política é filha do sectarismo" e que é da "maior importância que os partidos abandonem os discursos radicais" porque o bloqueio que conduziu o país a eleições antecipadas "não nasceu de nenhuma crise económica mas de um erro da classe política". Para o primeiro-ministro demissionário os tempos são de "prudência", "equilíbrio político" e não de "aventureirismos ou radicalismos" (ver págs. 8 e 9).

Mas o líder socialista continua a receber um rotundo não dos partidos à sua direita, os únicos que se mostram disponíveis para governar o país perante as imposições do memorando de entendimento que Portugal assinou com a 'troika' e que guiarão o país pelo menos durante três dos quatro anos da próxima legislatura.

Passos Coelho, que por escassos minutos não se cruzou com Sócrates no 'hall' do Sheraton, defendeu que é crucial que Portugal deixe de apostar "em equipas que estão sempre a mascarar a realidade", porque "com ilusionismo não se gera confian-

A "crise política é filha do sectarismo" e é da "maior importância que os partidos abandonem os discursos radicais".

José Sócrates
Líder do PS

Não precisamos de "equipas que estão sempre a mascarar a realidade" porque "com ilusionismo não se gera confiança".

Pedro Passos Coelho
Líder do PSD

"Não vejo qualquer partido interessado em coligar-se com o PS e a verdade é que Sócrates não tem qualquer solução maioritária para apresentar ao Presidente".

Paulo Portas
Líder do CDS

ça". A 5 de Junho, a escolha é entre dois caminhos: o que "temos tido e que nos conduzirá a pelo menos oito anos de recessão" ou o rumo que defende o PSD e que passa por menos Estado na economia, mais regulação e um maior escrutínio dos apoios sociais reforçando as franjas mais debilitadas pela actual crise (ver págs. 10 e 11). Para os social-democratas continua a vingar a frase de Passos Coelho de que "existem 78 mil milhões de razões" para o líder da oposição se distinguir do actual primeiro-ministro.

Paulo Portas foi o último dos protagonistas a enfrentar uma sala com cerca de 350 empresários e gestores e, nas suas próprias palavras, foi "clarinho como água" quanto à margem de entendimento entre o CDS e o PS: "Quando se faz a avaliação dos resultados perdoa-se a incompetência?". O líder do CDS foi mesmo o primeiro, em Junho do ano passado, a defender que Sócrates não faz parte da solução mas do problema e que só com o seu afastamento da liderança do PS seria possível um entendimento alargado entre os três principais partidos. Ontem regressou ao tema. "Não vejo qualquer partido interessado em coligar-se com o PS" e, "a verdade", é que "Sócrates não tem qualquer solução maioritária para apresentar ao Presidente da República". A pouco mais de 15 dias das sondagens e com a campanha eleitoral a arrancar já no próximo domingo, Portas diz saber "que a teoria do empate [técnico entre PS e PSD] é falsa e eles [Passos e Sócrates] também sabem".

Com as sondagens a garantirem que não haverá nenhuma maioria absoluta de nenhum partido as coligações pós-eleitorais ganham protagonismo. Passos e Sócrates fecham a porta à ideia de que o PS pode ganhar as próximas eleições mas se PSD e CDS tiverem maioria compete ao centro-direita a governar Portugal. Portas continua a destoar: "É possível que havendo uma maioria PSD/CDS alguém diga que não governe?". ■



Os empresários e gestores, numa sala repleta, ouviram com atenção as propostas dos candidatos.

Bastidores de uma

A conferência reuniu cerca de 350 empresários e gestores para ouvir Sócrates, Passos e Portas.

António Sarmento
antonio.sarmento@economico.pt

Quando se está à espera de um primeiro-ministro nem vale a pena olhar para o relógio. Seja qual for a hora marcada é o comportamento dos elementos do corpo de segurança que denunciam a chegada do chefe de Governo: se estiverem agitados, a andar de um lado para o outro, e com o telemóvel na mão, é porque ele está a chegar.

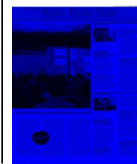
Ontem, dia da conferência "Governar Portugal", organizada pelo Diário Económico no hotel Sheraton, também foi assim. O telefone do coordenador de segurança tocou três vezes,

entre as 9h15 e as 9h30. A última chamada foi a definitiva. "Agora é que é. Ele está a chegar", disse.

O caminho estava livre e, comparado com as arruadas da campanha eleitoral, este serviço é uma espécie de brincadeira. Os turistas ingleses, alemães e japoneses, que minutos antes aguardavam um autocarro para dar um passeio turístico, já tinham saído da porta do hotel.

Menos sorridente do que o costume (por exemplo, no dia em que se demitiu do Governo Sócrates chegou ao Parlamento mais bem disposto) o primeiro-ministro demissionário chegou pouco depois das 9h30.

A jornalista Marta Rangel, do ETV, fez-lhe uma pergunta sobre o aumento da taxa de desemprego. "Se não se importa



PONTOS-CHAVE

▶ José Sócrates pediu ao PSD e ao CDS que se ponham de lado o "sectarismo político" e "abandonem discursos radicais" e a "imposição de pontos de vista avessos ao diálogo".

▶ Pedro Passos Coelho propôs fixar uma quota fixa no escalão mais elevado do IRS para ajudar a financiar um "plano de emergência social" e reiterou que vai descer a TSU até quatro pontos percentuais.

▶ Paulo Portas é contra a privatização da Caixa, que deve ser "um banco de fomento para as PME", e defende um sistema misto de descontos para a Segurança Social.



Paula Nunes

TRÊS PERGUNTAS A...



ANTÓNIO SARAIVA

Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP)

"A redução de quatro pontos percentuais na TSU é incipiente"

António Saraiva defende a redução da Taxa Social Única em mais de quatro pontos percentuais. O presidente da CIP refere também que a lista das empresas beneficiadas com esta medida seria criteriosamente avaliada.

A redução da TSU é determinante para tornar as empresas mais competitivas?

Portugal necessita de maior competitividade e, por isso, necessita de reduzir os seus custos de trabalho. Temos que mexer na Taxa Social Única e, eventualmente, aumentar o período de trabalho para 42 horas. É isso que nos

torna mais competitivos.

Se o próximo governo reduzir a Taxa Social Única, o que as empresas vão fazer com esse encaixe financeiro?

Temos que fazer uma avaliação mais criteriosa e saber quais as empresas que estão mais expostas à concorrência internacional e quais as que exportam mais. Vamos diferenciar positivamente e avaliar com rigor. Quanto à redução de quatro pontos percentuais da Taxa Social Única é um valor incipiente e, muito mais incipiente, se for gradual.

A CIP quer alterar o artigo da Constituição que garante segurança do emprego e proíbe despedimentos sem justa causa. Porquê?

Apresentaremos um conjunto alargado de propostas, sendo que o artigo 53 da Constituição é um dos que vamos otimizar. Não pedimos a sua extinção, nem advogamos a liberalização dos despedimentos individuais. O que queremos é acrescentar no texto do artigo 53 uma pequena palavra de acordo com a lei para dar ao legislador margem de manobra. O artigo 53 não está devidamente formatado para permitir as razões que legitimam a justa causa. ■ A.S. e M.R.

TRÊS PERGUNTAS A...



ANA MARIA FERNANDES

Presidente Executiva (CEO) da EDP Renováveis

"É preciso criar mais emprego e riqueza no País"

Ana Maria Fernandes diz que o primeiro-ministro demissionário sabe defender bem as suas propostas eleitorais. De Passos Coelho espera, caso ele vença as eleições, capacidade para desenvolver a economia portuguesa. A CEO da EDP Renováveis defende também a criação de mais emprego e riqueza para o País.

Qual a sua opinião sobre as medidas eleitorais propostas pelo primeiro-ministro demissionário, José Sócrates?

O primeiro-ministro defende bem as suas bandeiras. Tem um

discurso bem estruturado em matéria de política energética, educação, ciência e tecnologia. O governo do engenheiro José Sócrates introduziu medidas muito importantes. Agora, será que isso é suficiente ou ainda deve ser feito mais?

O que espera do governo de Pedro Passos Coelho, caso ele venha a ser eleito primeiro-ministro nas eleições legislativas do dia 5 de Junho?

De um governo de Pedro Passos Coelho, caso ele venha a ser eleito, espero capacidade de implementação e desenvolvimento da economia portuguesa. É preciso criar mais emprego e riqueza para o País. O mais importante é saber como será a capacidade de implementação de medidas e a concretização de resultados objectivos.

A economia portuguesa está em recessão e registou uma contração de 0,7% no primeiro trimestre. Temos condições para sair da crise?

É uma questão de "timing". Portugal foi o último País a pedir ajuda e, portanto, também poderá ser o último a sair da recessão. ■ A.S.

conferência que debateu o país

deixe-me ir para a sua conferência", respondeu Sócrates.

Cumprimentou o director do Diário Económico, António Costa, e seguiram para a sala White Plains, palco da conferência.

Sócrates centrou o discurso nas políticas de Educação, qualificação e competitividade. No final da intervenção, a questão de Peter Villax, administrador da Hovione deixou-o irritado. "Os seus actos não correspondem às suas palavras. Mas a minha pergunta é: se for eleito o que vai mudar na sua política para aumentar a competitividade do país", perguntou o administrador, que arrancou uma salva de palmas da plateia. O primeiro-ministro res-

pondeu de forma azeda. "Não gostei do que disse, faço o meu melhor para que as minhas palavras correspondam ao que eu faço", ripostou Sócrates antes de responder à questão. A plateia reagiu mais uma vez vaiando o primeiro-ministro.

Nessa altura, Passos Coelho tomava o pequeno-almoço, numa mesa recatada do lobby Bistro. Eram 10h15 e o líder do PSD revia mais uma vez as notas do discurso. Quando subiu as escadas que dão acesso à sala, já Sócrates tinha decidido. Não se cruzaram.

A TSU, o desemprego e a regulação do Estado sobre o sector financeiro foram alguns dos principais temas abordados por Passos durante a conferência,

que juntou cerca de 350 empresários, gestores e presidentes de associações. Durante os curtos 'coffee break' que dividiram as intervenções dos candidatos discutiam-se as diferenças de estilo entre José Sócrates e Passos Coelho: a forma mais ríspida de responder às críticas do primeiro-ministro e a apresentação mais clara de ideias do líder do PSD.

O presidente do CDS/PP, foi o último orador. Paulo Portas focou o discurso na reforma da Constituição, nas medidas para combater o desemprego e no tema da TSU.

No final, antes de responder às perguntas dos jornalistas, disse que ia ao bar "beber um café e fumar um cigarro". Em período de campanha eleitoral, os cigarros são uma boa forma de acalmar os nervos. ■

Reportagem



DESTAQUE CONFERÊNCIA DIÁRIO ECONÓMICO "GOVERNAR PORTUGAL"

Diário Económico junta 350 empresários para ouvir candidatos

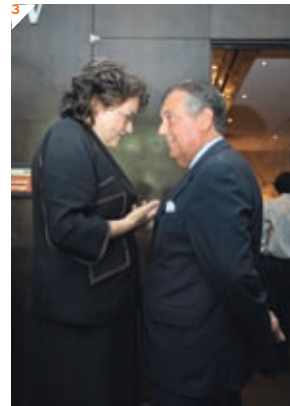
Como "Governar Portugal" foi o mote dado aos três principais candidatos às eleições legislativas de 5 de Junho. Perante uma plateia repleta de empresários e gestores explicaram as suas propostas.



- 1 João Machado, da CAP, e António Saraiwa, da CIP, chegam à conferência do Económico.
- 2 A sala White Plains, no Sheraton Lisboa Hotel, reuniu perto de 350 empresários e gestores.
- 3 Esmeralda Dourado, CEO da SAG, conversa com o advogado Pedro Rebelo de Sousa.
- 4 Luís Soares da Silva, sócio da MLGTS, a chegar à sala onde decorreu a conferência.
- 5 O Diário Económico foi leitura obrigatória de muitos participantes, que ontem assistiram aos discursos dos três líderes políticos.
- 6 Paula Teixeira da Cruz e Maria João Avillez trocam algumas impressões durante uma curta pausa no evento.
- 7 Fortunato Frederico, da Kyaia, também esteve presente na conferência do Diário Económico.
- 8 José António Pinto Ribeiro, ex-ministro da Cultura do governo socialista, cumprimenta José Sócrates.
- 9 Depois de terminar a sua intervenção, Pedro Passos Coelho cruzou-se com Paulo Portas.
- 10 Jorge Rebelo de Almeida, CEO dos hotéis Vila Galé, e Miguel Magalhães Duarte, do BCP.
- 11 Fernando Lima, assessor político de Cavaco Silva, assistiu atentamente aos discursos.



Fotografias de João Paulo Dias e Paula Nunes





DESTAQUE CONFERÊNCIA DIÁRIO ECONÓMICO "GOVERNAR PORTUGAL"

Sócrates pede ao PSD e CDS que criem clima favorável ao diálogo

Líder do PS pediu que se abandone sectarismo político e admitiu dúvidas sobre redução da Taxa Social Única.

Inês David Bastos
ines.bastos@economico.pt

Sócrates já percebeu que está isolado e que poderá ter dificuldades em criar um amplo Governo maioritário exigido por Cavaco caso vença as eleições sem maioria. Ontem, na conferência promovida pelo Diário Económico sobre "Governar Portugal", e perante a recusa do PSD e CDS em formar Governo com o PS, o primeiro-ministro e candidato socialista ensaiou aquela que será uma das suas estratégias de campanha: apelar ao diálogo e mostrar-se disponível a entendimentos com PSD e CDS.

Sócrates pediu que se ponha de lado "o sectarismo político", porque "é nocivo e corrói o enquadramento de uma boa governação", e, num recado claro ao PSD e CDS, considerou importante que estes partidos "abandonem discursos radicais" e a "imposição de pontos de vista avessos ao diálogo" para que se crie um "clima favorável ao entendimento".

A oportunidade de Sócrates conseguir uma coligação que lhe dê a maioria frustrada nas urnas joga-se à direita, porque o primeiro-ministro já deixou claro, por diversas vezes, que os alvos prioritários numa negociação são os dois partidos que apoiaram o acordo com a 'troika': PSD e CDS. Mas nem Passos, nem Portas parecem querer facilitar-lhe a vida (ver pág. 4). Com os partidos a falarem a uma só voz num ambiente de campanha eleitoral, o líder do PS avisou que a crise po-

“

Todos os partidos devem abandonar discursos radicais e a imposição de pontos de vista avessos ao diálogo para haver clima favorável ao entendimento.

Tenho as maiores dúvidas que possa reduzir TSU com ambição que alguns propõem.

Eu não sou dos que acreditam que a competitividade se consegue com corte de salários ou da Taxa Social Única, a nossa economia compete em inovação, investimento e qualificação.

José Sócrates
Primeiro-ministro em gestão

lítica que se instalou é precisamente "filha deste sectarismo" e fruto de "um erro da comunidade política", pelo que, apelou, "é essencial para uma boa governação que se crie um clima político que convida ao diálogo e aos compromissos".

Mas assim como fez o apelo ao diálogo, Sócrates não deixou de lançar farpas ao seu principal adversário - o PSD. "Temos de construir soluções razoáveis e pôr de lado experimentalismos e aventureirismos políticos", frisou, rematando: "Um certo activismo ideológico é nocivo para o país". Portugal precisa, disse, de "moderação". Um recado lançado a Passos Coelho e que tem na mira as propostas social-democratas de reduzir a Taxa Social Única até quatro pontos percentuais, alterar o Estado Social (Educação, Saúde e Segurança Social) e avançar com privatizações.

Feito o apelo ao diálogo e lançadas as críticas ao programa do PSD, Sócrates fez questão de repetir para uma plateia de gestores e empresários que o acordo que assinou com a Comissão Europeia, Banco Central e FMI "não esgota a agenda política". Um argumento que fará também parte do seu guião para a campanha com o objetivo não só de vincar as diferenças entre socialistas e social-democratas, como também de desmistificar a acusação do PCP e BE de que PS, PSD e CDS estão condicionados pela 'troika'. "Mesmo na forma de o aplicar [o memorando] há diferenças", disse, dando como exemplo a concretização da redução da TSU.

E porque a conferência era sobre "Governar Portugal", Sócrates apontou as suas prioridades (ver caixas ao lado): o reforço das exportações, a aposta na qualificação, "a batalha" pelas energias renováveis, a redução dos custos administrativos e a manutenção do caminho da simplificação. E teve ainda um palco para dizer que "não concorda" com as palavras da chanceler alemã, Angela Merkel, sobre a idade da reforma e as férias dos portugueses, defendendo a reforma da Segurança Social já feita em 2007.

Questionado sobre se admite deixar a liderança do PS caso perca as eleições de 5 de Junho, José Sócrates foi peremptório: "Eu só admito o cenário de vitória". ■



"Há muitos políticos disponíveis para dar apenas a versão simpática: é que para baixar a TSU temos que aumentar os impostos", disse José Sócrates.

TAXA SOCIAL ÚNICA

Sócrates foi ontem um pouco mais longe nas suas reservas à descida da Taxa Social Única (TSU). O primeiro-ministro voltou a opor-se à redução em quatro pontos percentuais proposta pelo PSD e admitiu "ter as maiores dúvidas" que a descida seja feita com essa ambição. Sócrates rejeita compensar a descida da TSU pelo lado da despesa e venceu que seria

"preciso aumentar impostos", o que rejeita. E deixou mesmo implícito que a descida poderá não se fazer em 2012 até porque, pela sua interpretação, a 'troika' não obriga a isso. "O memorando diz: devemos estudar, calibrar e, se possível, fazê-lo". O chefe do Executivo em gestão admitiu que "não está claro" para si ainda que decisão vai tomar sobre esta questão.

PERGUNTA A JOSÉ SÓCRATES



PETER VILLAX
Administrador da Hovione

PERGUNTA

"Os seus actos não correspondem às suas palavras, mas se for eleito, o que vai mudar na sua política para aumentar a competitividade do País?"

RESPOSTA

A observação de Peter Villax não agradou ao primeiro-ministro, José Sócrates, que ficou visivelmente irritado. "Não gostei do que disse. Faço o meu melhor para que as minhas palavras correspondam ao que eu faço", afirmou Sócrates, referindo-se em seguida ao tema da crise internacional. "A crise internacional afectou todos os países desenvolvidos e é injusto o senhor achar que eu também sou o responsável pela crise internacional. A sua acusação não faz sentido nem tem razão", sublinhou o primeiro-ministro. No final da conferência, Villax afirmou ao Económico: "Toda a intervenção de fundo à minha pergunta foi brilhante. Ele não hesita, tem um grande capital de autoconfiança". A.S.



João Paulo Dias



REACÇÕES



Rui Martinho
Bastonário Ordem Economistas

"José Sócrates apresentou o programa já conhecido. Penso que devia ter falado mais sobre os próximos quatro anos, caso venha a ser eleito."



Fortunato Frederico
CEo da Kyaia

"Nada de novo no horizonte. Os candidatos continuam a não falar de consenso e isso assusta as pessoas. Pode dar-se o caso de termos uma gigantesca abstenção nas urnas o que resultaria numa falta de legitimidade do novo Executivo."



Armindo Monteiro
CEO Compta

"Vivemos um momento muito difícil em que nem tudo está a ser dito às pessoas. O debate trouxe os candidatos à terra. Fiquei muito impressionado com o discurso panfletário de alguns candidatos."



Jorge Gil Menezes
Director-geral da Profico

"Conseguí ver alguma aproximação entre ambas as partes, sobretudo no tom dos dois principais candidatos que evitaram o confronto, apelaram ao diálogo e moldaram algumas das propostas mais divergentes. Parece-me que já estão a preparar o encaixe."

QUALIFICAÇÃO

Foi uma área que dominou grande parte da intervenção de Sócrates ontem na conferência "Governar Portugal". A qualificação será uma aposta do candidato do PS se ganhar as eleições. Sócrates rejeitou a ideia de que a competitividade da economia se consiga à custa do corte de salários e defendeu a via da inovação, do investimento e da qualificação. Deu como exemplo o programa

Novas Oportunidades, que esteve esta semana no centro da polémica entre PS e PSD depois de Passos ter dito que faria uma auditoria. Sócrates não gostou, acusou o líder do PSD de "ignorância", disse que o programa já é avaliado pela Universidade Católica e frisou que as "Novas Oportunidades" é uma "tentativa séria e honesta" de resolver um problema.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Foi outra das apostas apontada por José Sócrates para a governação, caso ganhe as eleições de 5 de Junho. Apesar de o memorando da 'troika' dizer a este respeito que o Estado tem que reduzir a subsidiação do apoio público, o primeiro-ministro em gestão garantiu ontem que, se voltar a sentar-se em S. Bento, a aposta no investimento de novas

energias será para manter. "Não estou disponível para substituir uma estratégia que tem um objectivo por outra que não tem objectivo nenhum", sublinhou Sócrates. Como argumento a favor, o primeiro-ministro apontou as vantagens para a redução do aquecimento global e o facto de a tarifa eólica ser inferior à tarifa média da União Europeia.



DESTAQUE CONFERÊNCIA DIÁRIO ECONÓMICO "GOVERNAR PORTUGAL"

Passos Coelho sugere taxar os ricos para ajudar os pobres

Líder do PSD admitiu ontem vir a financiar um "plano de emergência social" para os mais vulneráveis com uma quota fixa no escalão mais elevado de IRS.

Francisco Teixeira
francisco.teixeira@economico.pt

Pedro Passos Coelho fez ontem um retrato duro de Portugal, "um país único em descabro económico e social", que "acumulou desequilíbrios como nenhum outro". "Sobreendividamento público, uma taxa de poupança muito baixa, um desemprego historicamente alto" que "é bem mais grave do que se supunha", elencou.

Para o líder do PSD que ontem apresentou, na conferência "Governar Portugal" do Diário Económico, a sua terapia para sairmos da crise, é preciso "mudar de regime económico para uma economia mais aberta", acabando "com o peso excessivo do Estado", "despartidarizando a Administração" e "desgovernamentalizando o Estado", porque "a sociedade não pertence ao Estado".

Passos Coelho admitiu, preto no branco, que a sua estratégia para a campanha eleitoral, que arranca no domingo e terminará com as eleições de 5 de Junho, passa por acabar com "um vício um pouco salazarento de que tudo o que é público é bom e o que é privado gera desconfiança" e, nem os conselhos que tem recebido para não contar "toda a verdade", têm sido bem acolhidos. "Fui acusado de trazer demasiados assuntos para discussão quando as pessoas dependem demasiado do Estado", mas "não quero ganhar eleições a dizer o que não vou fazer".

O líder do PSD continua a temperar o discurso e as políticas abertamente mais liberais que defende, com um Estado "mais enxuto" e mais focado nas áreas de soberania, onde os poderes de regulação são reforçados e existe uma "grande preocupação social".

“

Gostaria de reduzir a TSU [em quatro pontos percentuais] já em 2012, mas depende, estritamente, da execução orçamental dos primeiros seis meses deste ano.

Permanece um vício um pouco salazarento de que tudo o que é público é bom e o que é privado gera desconfiança.

Não encontrarão no programa eleitoral do PSD qualquer embuste. Não quero ganhar eleições a dizer o que não vou fazer.

Pedro Passos Coelho
Líder do PSD

Se, por um lado, pede uma maior fiscalização dos beneficiários de apoios sociais porque, por exemplo, "há um número substancial de pessoas que beneficiam do Rendimento Social e Inserção desde que ele foi criado" e é "preciso garantir que podem ganhar autonomia", por outro, diz que o país precisa de lançar um "plano de emergência social" que reforce "o contributo de IPSS, misericórdias e instituições de solidariedade social para apoiar os mais desprotegidos e mais vulneráveis". Como? Retirando a quem mais tem e distribuindo pelos mais necessitados.

Passos Coelho abriu mesmo a porta para "a possibilidade de se criar uma quota fixa no escalão mais elevado do IRS" para financiar este plano de emergência social de forma a acudir aos sectores mais afectados pela crise que paira sobre o país desde 2008 e que se intensificará nos próximos dois anos em que a economia, tudo indica, continuará em recessão. Mas, insiste o líder do PSD, como os recursos são escassos "não se pode continuar o financiamento a fundo perdido para as pessoas mais desfavorecidas". No seu programa eleitoral está previsto que os beneficiários de apoios sociais do Estado podem retribuir em trabalho voluntário o dinheiro público que recebem mensalmente.

Numa altura em que as sondagens apontam para um empate técnico entre os dois principais partidos, Passos Coelho recusou comentar os estudos de opinião e insistiu na ideia que o leva a recusar governar com José Sócrates: quem nos trouxe até ao terceiro resgate financeiro da história da democracia não tem capacidade para nos recolocar na senda do crescimento económico. "Todos os países foram afectados pela crise de 2007" mas, "em 2009, praticamente todos estão a sair da recessão".

A 5 de Junho, para o líder da oposição a escolha é simples. "Seguimos o mesmo caminho e a recessão vai-se prolongar por, pelo menos, oito anos" ou "temos capacidade de nos organizarmos e cumprimos [o memorando da 'troika'], mas "não podemos fazer mais malabarismo".

Ao longo de uma hora e perante uma audiência com mais de 300 empresários e gestores, Passos Coelho nunca falou em "Sócrates" mas foi claro na avaliação do actual primeiro-ministro: "Apostar em equipas que estão sempre a mascarar a realidade é um ilusionismo que não gera confiança". ■

REACÇÕES



Manuel Tarré
CEO da Gelpixe

"O primeiro-ministro nunca responde ao que vai fazer caso seja eleito, temo que será mais do mesmo. Passos Coelho ainda é um júnior, tem um programa interessante, mas não sabemos o que será capaz de fazer com a sua equipa. Já Portas, que anda na política há muito, parece ter ideias mais claras."



Bernardo Vasconcelos Souza
CEO da Hotelstock

"O problema já não são os programas. O PEC IV também foi feito em Bruxelas. A partir daqui é uma imposição dos credores. Quanto a possíveis coligações, o problema é de personalidades, será muito difícil alguém juntar-se a Sócrates. Uma coligação exige muita cultura de compromisso."



Catarina Leal
CEO da Lealmat

"É uma pena que os candidatos continuem a fazer campanha. Gostava que eles ultrapassassem esta questão, que houvesse uma nova cultura política e que o nosso país fosse governado de forma profissional."

"Precisamos que o Estado não seja um empecilho e oriente os incentivos para o que é necessário, seja qual for a área de que estejamos a falar", disse Passos Coelho.

PERGUNTA A PEDRO PASSOS COELHO



João Rodrigues
Administrador da Iberol

PERGUNTA

"Porque não pensa em segmentar o mercado das empresas. É possível segmentar por actividade a redução da Taxa Social Única?"

RESPOSTA

"Aquilo que diz tem um fundamento correcto e se pudessemos fazer essa segmentação seria excelente. O problema está em que é muito difícil nas regras da concorrência do espaço europeu, que a Comissão Europeia consentisse", respondeu o líder dos social-democratas, que defendeu também a redução dos custos com o trabalho "de modo a que no curto prazo pudessemos ser mais competitivos no sector da exportação." João Rodrigues, administrador da Iberol, explicou depois ao Económico que ficou satisfeito com a resposta do líder social-democrata. "Fiquei bastante satisfeito com a explicação. O Passos Coelho apresentou o programa eleitoral de forma muito sólida". A.S.



Paula Nunes



REDUZIR TSU JÁ EM 2012

Passos Coelho admitiu ontem que "gostaria de reduzir os quatro pontos percentuais da Taxa Social Única já este ano mas vai depender da execução orçamental dos primeiros seis meses". Porquê? "Suponha que há mais surpresas, suponha que a situação das empresas públicas é pior do que se

imagina...". Passos assumiu que o problema de financiamento colocase aos primeiros quatro pontos de redução da TSU porque "a partir daí ela será auto-sustentada".

4 p.p.

TRABALHAR MAIS RECOMPENSA

O líder do PSD recusa a ideia defendida pela chanceler Angela Merkel de que Portugal precisa de mexer na actual idade de reforma. Ainda assim, Passos apostará, caso seja eleito primeiro-ministro, em "políticas de envelhecimento activo" em que "as pessoas com mais de

40 anos de contribuições que queiram continuar a trabalhar mais tempo" terão "um nível de contribuições [suas e das próprias empresas] reduzido. Para Passos é preciso compatibilizar o actual regime de descontos que é público, dando liberdade de escolha aos beneficiários.

AUDITAR NOVAS OPORTUNIDADES

É arriscado questionar o programa Novas Oportunidades quando por lá passaram mais de 500 mil pessoas? A pergunta retórica foi colocada pelo próprio Passos Coelho que assumiu que "é preciso mudar a forma de fazer política em Portugal". Daí, insiste, "aquele

diploma foi bom para a auto-estima" mas é determinante "que haja uma auditoria que prove a empregabilidade" de quem regressou e terminou os estudos através do Novas Oportunidades.

500 mil

PROGRAMA "SEM EMBUSTES"

O líder da oposição assumiu ontem que tem sido aconselhado a não abrir tanto o jogo sobre o que pretende fazer caso seja eleito primeiro-ministro. "Fui acusado de trazer demasiados assuntos para discussão quando as pessoas dependem demasiado do Estado". As contas

finais serão feitas a 5 de Junho e Passos Coelho assume "pessoalmente o risco da estratégia". O líder do PSD voltou a repetir a ideia que tem marcado os seus discursos: só com toda a verdade o país superará a crise porque "não podemos fazer mais malabarismos".



DESTAQUE CONFERÊNCIA DIÁRIO ECONÓMICO "GOVERNAR PORTUGAL"

Portas quer manter CGD e novas leis para apoiar as PME

Líder popular é contra a privatização da Caixa e defende um sistema misto de descontos para a Segurança Social.

Filipe Garcia
filipe.garcia@economico.pt

Dizem as sondagens que PS ou PSD precisarão da ajuda do CDS/PP para conseguir o apoio maioritário que Cavaco Silva reclama para o Executivo a que dará posse após as eleições de 5 de Junho. E Paulo Portas sabe-o. Quanto ao TGV, nem é para avançar, nem para cancelar, mas sim para adiar. Relativamente aos descontos para a Segurança Social, defende uma proposta intermédia entre a socialista e a social-democrata - um sistema que permita escolher entre os regimes público, privado ou mutualista. E, sobre a redução da Taxa Social Única, mantém uma posição expectante.

"A última coisa que quero é que Portugal falhe as metas orçamentais por adoptar uma medida imprudente que coloque em causa as receitas sem promover o crescimento", afirmou. No Governo ao lado de Passos Coelho? "Estive disponível para uma coligação pré-eleitoral. Não fui eu quem a recusei", disse. E com os socialistas? "Não vejo qualquer partido interessado em coligar-se com o PS. A verdade é que José Sócrates não tem qualquer solução maioritária para apresentar ao Presidente da República."

Na conferência "Governar Portugal" do Diário Económico começou por falar o actual primeiro-ministro. Depois o líder da oposição e, acreditando nas sondagens sobre as quais Portas mantém "grandes dúvidas", o seu sucessor. Para o fechar, Paulo Portas: o homem que muitos dão como determinante para o sucesso do próximo Governo. Mas a sua entrada no Executivo, assegura,

“

A última coisa que quero é que Portugal falhe as metas orçamentais por adoptar uma medida imprudente [redução da TSU].

Estive disponível para uma coligação pré-eleitoral [com o PSD]. Não fui eu quem a recusei.

Sou contra a privatização [da CGD], mas deveria reformular-se de forma a ser um banco de fomento às PME.

Paulo Portas
Presidente do CDS/PP

não está garantida. "Dependerá de uma equipa de grande qualidade, de um programa realista e da força que os portugueses me derem para levar a mudança em frente", avisou antes de confessar que, na anterior experiência de coligação com o PSD, não teve "oportunidade de influenciar as linhas gerais do país".

Elegendo a agricultura, o mar, o turismo e a indústria exportadora como sectores essenciais para a recuperação da economia nacional nos próximos anos, Paulo Portas mostrou já ter o desenho do Governo preparado ao falar de um eventual Ministério da Agricultura e do Mar. "Não misturamos o Ambiente, somos os únicos que o não fazemos e estou convicto de que temos razão", defendeu-se.

Para apoiar as PME, sugeriu um aligeiramento do Código de Trabalho, a introdução dos créditos fiscais para quem aumentar a produtividade e ainda a reformulação da CGD - "Sou contra a privatização, mas deveria reformular-se de forma a ser um banco de fomento às PME."

Considerando a actual Autoridade para a Concorrência "um desastre para uma economia de mercado", Portas prometeu refazer o órgão "a partir do zero" de forma a permitir uma "concorrência sã e a entrada de novos actores no mercado", nomeadamente no sector energético.

Sobre o mercado de trabalho, defendeu a possibilidade da renovação dos contratos a termo que terminem nos próximos dois anos - devido à fraca criação de emprego - sugeriu que as remunerações dos funcionários sejam indexadas ao aumento de rendimento das empresas, mas também deixou um aviso quanto às políticas sociais. "Na questão social temos uma visão muito diferente da do PSD, mas há muitas empresas que não conseguem contratar e muitas vezes procura-se uma entrevista só para poder continuar na prestação social. É preciso ajudar quem precisa, mas ser mais exigente com quem tem de ser mais pró-activo", concluiu.

A encerrar a conferência, Portas não resistiu a deixar um apelo ao voto. "Se temos de reformar o Estado para controlar a despesa é possível confiar em partidos cuja natureza é clientelar e que não conseguem resistir a ocupar os institutos, agências e fundações ou empresas públicas?" A pergunta impôs-se: e governa com um deles? A resposta definitiva chegará depois de 5 de Junho. ■

"Não é José Sócrates quem decide quem vai ser primeiro-ministro. É o povo. E não é Pedro Passos Coelho que diz que pode ser primeiro-ministro. É o povo", frisou Paulo Portas que encerrou a conferência do Diário Económico.



PERGUNTA A PAULO PORTAS



PATINHA ANTÃO
Economista

PERGUNTA

"Nas eleições de 5 de Junho devo escolher um Governo maioritário e estável para oito anos? Defende uma legislatura de oito anos para credibilizar os mercados financeiros?"

RESPOSTA

O líder do CDS/PP, que já antes tinha dito que nenhum partido tem interesse em coligar-se com os socialistas, voltou a defender a necessidade de um Governo forte. "É preciso um Governo forte com apoio maioritário para fazer um Governo de mudança. Penso que as eleições são para quatro anos e é preciso conseguir motivar e mobilizar a sociedade. Temos de emendar uma série de coisas para no fim valer a pena. Em 30 anos, o FMI já esteve em Portugal por três vezes. Temos de mudar. Já chega", concluiu Paulo Portas, que se escusou a comentar as sondagens que colocam o CDS/PP próximo dos 10% nas intenções de voto para as próximas legislativas. A.S.

REACÇÕES



Pedro Rebelo de Sousa
Senior partner da SRS & Advogados

"Pedro Passos Coelho e o Paulo Portas tiveram, cada um no seu registo, uma prestação muito positiva. Passos está seguro e tem uma dinâmica vitoriosa."



Isabel Viçoso
Administradora Logica

"Fiquei surpreendida pela positiva com o Pedro Passos Coelho. Tem um discurso positivo em relação a José Sócrates, que fez um discurso confuso e pouco fluído."



João Paulo Dias

**TGV**

A ideia de Paulo Portas é clara: é preciso suspender o TGV. Mas como? "Tenho fundadas expectativas que o Tribunal de Contas esteja lúcido e não dê visto", disse o líder popular que ainda garantiu que a União Europeia estará disponível para renegociar a aplicação dos fundos ou

recalendarizar a obra, "desmentindo a teoria de que se não o fizermos agora, perdemos o dinheiro". Em último caso, Portas ainda avançou com outra solução: "Usar a alteração excepcional e imprevisível de circunstâncias. Porque o Estado está em situação de emergência".

SEGURANÇA SOCIAL

"Defendemos o plafonamento horizontal. Até um valor determinado por um múltiplo de salários mínimos há obrigação de desconto para a Segurança Social pública, acima desse valor há liberdade de opção entre a pública, privada ou mutualista", prometeu

Paulo Portas que considerou a sua proposta como sendo um ponto intermédio entre os modelos socialista e social-democrata. "Hoje, um jovem informado acha que não vai haver dinheiro para lhe pagar a reforma e tem de todo o direito de planear o seu futuro", concluiu.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

"Tem de haver um limite para o egoísmo de uma geração para com a outra" - foi assim que Paulo Portas justificou a sua proposta para que seja estabelecido na constituição um limite ao endividamento do Estado. "É um problema inter-

geracional", disse o presidente do CDS-PP numa questão que garantiu não estar dependente do acordo assinado com o triunvirato - Paulo Portas insiste em não utilizar a palavra 'troika' - mas sim do voto dos portugueses nas próximas eleições.

CONCORRÊNCIA

Caso o CDS chegue ao Governo, a Autoridade para a Concorrência sofrerá uma profunda remodelação. "É um desastre para uma economia de mercado que uma autoridade não seja garante de uma concorrência sã e que permita a entrada de novos actores no mercado",

disse Portas, prometendo mudar a "forma de nomeação, alterar os estatutos e começar do zero". A entidade que sucederá à actual que, nas suas palavras, "falhou". "É preciso tratar a sério a concorrência no sector energético", destacou o líder popular.



Francisco Banha
CEO da Gesbanha

"Os três candidatos vincaram bem as suas posições. Passos Coelho tem vindo a fortalecer o seu discurso e Paulo Portas acabou por abordar temas diferentes."



Mário Cunha
Director executivo Engibuilt

"As intervenções foram elucidativas e dentro do expectável. Coligações só serão possíveis depois das eleições e da contagem dos votos."



Rita Terra Viana
Directora comercial Sintimex

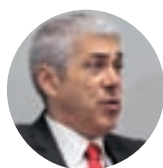
"José Sócrates é sempre uma desilusão. Só apresentou medidas de médio e longo prazo que de nada me servem no momento de crise em que vivemos."



CONFERÊNCIA "GOVERNAR PORTUGAL"

Passos Coelho e Portas recusam governar com José Sócrates

Presidentes do PSD e do CDS afirmaram que é preciso mudar de políticas e de protagonistas na conferência do Económico que juntou os líderes dos três principais partidos. ➔ **P4 A 13**

**JOSÉ SÓCRATES**

"Sectarismo político é nocivo e corrói". A crise que o País enfrenta é "filha desse sectarismo".

**PASSOS COELHO**

"Temos de garantir que o sistema financeiro está disponível para financiar a economia e não o Estado."

**PAULO PORTAS**

"Não vejo qualquer partido interessado em coligar-se com o PS (...) Sócrates não tem uma solução maioritária."